



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 102/2021

PROCESSO N.º 165/2021

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJNº: _____

Endereço: _____ Fone(s)/Fax: _____

E-mail: _____ Contato: _____

Celular(es)contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Salgueiro, através do e-mail licitacao@Salgueiro.pe.gov.br.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2021

O MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/PE, (Prefeitura Municipal), através de sua Pregoeira, designado pela Portaria n.º 689/2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, através do site www.bnc.org.br, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço **POR LOTE**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

O procedimento licitatório obedecerá à Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal 036/2014, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **30 de setembro de 2021.**

Horário de abertura do recebimento das propostas: **a partir das 08h00min do dia 14 de setembro de 2021.**

Horário de encerramento do recebimento das propostas: **às 08h00min do dia 30 de setembro de 2021.**

Horário de abertura da disputa: **às 09h00min do dia 30 de setembro de 2021.**

Tempo da disputa: **Definido pela Pregoeira no ato do certame.**

Endereço eletrônico para formalização de consulta:

licitacao@salgueiro.pe.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA NA CASA DO CONSELHO TUTELAR E ANEXO DOS CORREIOS NOS DISTRITOS DE CAMPINHOS, PAU FERRO E CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS E NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SALGUEIRO-PE, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência no Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será de **lote**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação somente de maneira total, sendo o valor máximo aceitável para este serviço **R\$ 84.626,75** (oitenta e quatro mil seissentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos).

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço **POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 Os itens desta licitação estão reservados á participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação da LC nº 147/2014, tendo em vista o critério de julgamento por LOTE.

1.5. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

I - Termo de Referência/memória de cálculo/cronograma físico-financeiro/BDI/Planilha orçamentaria;

II - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;

III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

IV - Modelo de Proposta de Preços; e,

V - Minuta do Contrato.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no BNC e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão estas últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



- 3.1. Poderá participar da presente licitação qualquer licitante que detenha atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.2. Não poderão participar da presente licitação as microempresas ou empresas de pequeno porte, que se enquadre em qualquer das exclusões previstas no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
- 3.3.1. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;
- 3.3.2. **As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.**
- 3.4. Em dissolução ou em liquidação;
- 3.4.1. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 1993;
- 3.4.2. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520, de 2002;
- 3.4.3. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei n.º 9.605, de 1998;
- 3.4.4. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.4.5. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 3.4.6. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 3.4.7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 3.5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.
- 4.2. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- 4.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 4.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras;
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (ANEXO II); e,
- c) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras,
- 4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo III para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.



4.6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.6.1. O certame será conduzido pela pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

4.7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.4 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

4.7.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.7.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.7.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.7.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor global estimado do objeto;

b) Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços.

c) Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.

5.6. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, deverá conter:

a) Preços unitário e total do lote, bem como valor **GLOBAL** da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência e planilhas anexas ao edital.

b) Nos preços propostos, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, seguros, materiais, ferramentas, bem como todas as despesas e obrigações relativas a salários, assistência médica, compromissos fiscais, equipamentos de segurança, individual e coletivo, Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, e tudo o mais que for necessário à completa execução do objeto contratual.

c) Prazo da execução do serviço, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

5.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.8. Será desclassificada a licitante que apresentar proposta com preço unitário superiores aos constantes nas Planilhas Orçamentárias (Anexo) deste Edital.

5.9. O licitante deverá informar na proposta, os seguintes dados: N.º da Agência Bancária e N.º da Conta Corrente (Pessoa Jurídica); Nome do representante que irá assinar o contrato, N.º do CPF, N.º do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial e Nome do responsável técnico pela obra e n.º do CREA, a licitante deverá fazer constar na proposta o nome e a assinatura do Responsável Técnico, bem como o nº de registro do CREA, conforme a Resolução n.º 282 de 24 de agosto de 1983, do CONFEA/CREA.

5.10. A empresa deverá apresentar planilha de composição de preços unitários, evidenciando de forma clara e detalhada o consumo e os preços de todos os insumos (materiais e mão de obra) utilizados para compor o preço final de cada item ofertado. Conforme anexo I do edital.

5.11. Demonstrativo da composição analítica da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI;

5.12. As planilhas com os valores de referência constam no anexo I do edital.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em



conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e licitantes.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,05(cinco centavos)**.

Explicação: Adotado o modo de disputa aberto e fechado, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é facultativo, conforme Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019.

O subitem acima poderá ser acrescentado para incluir intervalo mínimo de valor (em moeda corrente) ou de percentuais entre os lances, que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 03/2013, e do art. 30, §3º do Decreto n.º 10.024/19.

7.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.8. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.9. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes.

7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da pregoeira. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.12. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempresa (ME) ou



empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.13. O sistema identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

7.14. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática paratanto.

7.15. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

7.16. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

7.17. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.18. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei n.º 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens eserviços:

7.19.1. Produzidos no País;

7.19.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.19.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.19.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

7.20. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, a pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.21. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8.3. A pregoeira poderá solicitar em “chat” ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar à CPL, caso seja solicitado, 01 (uma) amostra para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas às análises necessárias, imediatamente após a fase de homologação.

8.5. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo



entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

8.7. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.8. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, a pregoeira examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.9. Nessa situação, a pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10. No julgamento das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.2. Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

9.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pela pregoeira ou Membro da Equipe de Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

9.5. Para a habilitação, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta os documentos de habilitação a seguir relacionados exclusivamente para o sistema BNC, na aba específica, após o cadastramento da proposta inicial (**art. 25 e 26 do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**):

9.5.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;

e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos



devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

9.5.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.5.2.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

9.5.2.2. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e art. 4º §1º do Decreto Federal n.º 8.538/2015. **Considera-se restrição, ensejando a aplicação do § 1º, do art. 43 da Lei Complementar Federal n.º 126/2006, a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal e trabalhista, pela pregoeira, na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.**

9.5.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão **negativa de falência**, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

a1) As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

9.5.3.1. Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;



2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantadas, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados;

3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES NACIONAL" e Decreto 8.538/2015:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5) - A licitante deverá apresentar **memorial de cálculo, com base no Balanço do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa, de acordo com os seguintes índices:**

a) Liquidez Corrente	LC =	$\frac{AC}{PC}$
b) Liquidez Geral	LG =	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$
c) Solvência Geral	SG =	$\frac{AT}{PC+ELP}$

AC –	Ativo Circulante	PC –	Passivo Circulante
RLP –	Realizável a Longo Prazo	ELP –	Exigível a Longo Prazo
PL –	Patrimônio Líquido	AT –	Ativo Total
ET –	Exigível Total		

6) A licitante que apresentar resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer um dos índices acima referidos deverá comprovar o **Patrimônio Líquido correspondente, a pelos menos **10% (dez por cento)** do valor do total do serviço. A licitante que não apresentar o memorial de cálculo dos índices, a comissão se reserva o direito de calcular.**

7) - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, só será aceito mediante recibo de entrega emitido pelo Sistema, de acordo com o Decreto n.º 8.683, de 25 de fevereiro de 2016.

9.5.3.2. Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Certidão de Registro do proponente e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. A proponente e os profissionais que forem registrados em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritos no CREA/CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, **para efeito de assinatura de contrato**, registro junto ao CREA/CAU do Estado de Pernambuco.**
- b) Comprovação da licitante de possuir na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, em seu quadro técnico permanente, responsáveis técnicos, com formação acadêmica em **engenharia civil ou arquitetura**, detentor de atestado de responsabilidade**



técnica pela execução de serviços compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, devendo, para tanto, comprovar ter executado para os órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou empresa privada, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitidas pelo CREA/CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conforme relação de parcelas de maior relevância de cada lote a seguir :

b)1. para o lote 1:

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDDE PLANILHA	QTDDE A LICITAR
14	16.03.010	EMLURB	PINTURA LATEX PAREDES INTERNAS, COLORAR OU SIMILAR, DUAS DEMAS, SEM MASSA CORRIDA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE UMA DEMÃO DE LIQUIDO SELADOR DE PAREDE	m ²	434,66	199,40
8	08.02.060	EMLURB	COBERTURA COM TELHAS CERAMICAS, TIPO COLONIAL	M ²	81,34	24,40

b)2. para o lote 2:

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDDE PLANILHA	QTDDE A LICITAR
6.2	C1615	BASE SEINFRA 2021	LATEX DUAS DE MÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M ²	167,97	83,98
3.2	C4496	BASE SEINFRA 2021	DIVISÓRIA DE GESSO ACARONADO e=70mm S/ REVESTIMENTO FORNECIMENTO E MONTAGEM	M ²	83,99	41,99

c) Os atestados a que se refere o item anterior deverão estar registrados no CREA/CAU e vir acompanhados das respectivas CAT's. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação de capacidade técnica deverá participar da execução das obras e serviços objeto desta licitação, admitindo-se, quando necessário, e desde que aprovada pela Secretaria demandante, à substituição por profissional de experiência equivalente ou superior.

d) Comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, da Carteira de Trabalho, de Contrato de Prestação de Serviços ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA



e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), se nela constar o nome do profissional indicado. No caso de dirigente ou sócio, apresentar contrato social registrado na junta comercial, com as últimas alterações e certidão do CREA devidamente atualizada, observando a Lei n.º 5.194/66 e Resolução CONFEA N.º 336/89.

e) No caso do atestado ser de responsável técnico, cujo nome consta da certidão do CREA/CAU da empresa, já comprova que pertence ao quadro permanente da mesma, não necessitando apresentar mais nenhuma documentação de comprovação de vínculo.

f) Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, de que trata do inciso I, § 1º, artigo 30, da Lei n.º 8.666/93, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela administração.

g) Comprovação da empresa licitante ter executado, a qualquer tempo, serviços e quantidades de obras similares, compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão e/ou atestado, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA.

9.5.4. Documentos Complementares:

a) Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

9.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

9.7. No caso de inabilitação, a pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10. No julgamento da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.12. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.13. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

9.14. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.15. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à



contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.16. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela pregoeira e por todos os licitantes presentes.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada diretamente no sistema, na aba documentos complementares pós-disputa, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da pregoeira.

10.2. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.3. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

10.4. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, **no prazo de 15 (quinze) minutos** de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3. Cabe a pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

11.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pela pregoeira, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

11.5. O acolhimento de recurso, pela pregoeira, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura do contrato, a qual, após, cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

13.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato.

13.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia do Contrato aos órgãos participantes, se houver.

14. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

14.1. A alteração do contrato e o cancelamento do registro do fornecedor deverão ser feitas junto ao Departamento de Licitações e Contratos.

15. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

15.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei n.º 8.666/93.

15.2. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

15.3. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado no sistema para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

15.4. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

15.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

15.6. As supressões resultantes de acordos celebrados, entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.7. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

15.8. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

15.9. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.10. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

15.11. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 31 de dezembro, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

Lei n.º 8.666, de 1993.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, e na minuta do instrumento de Contrato.

17. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

18.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da NotaFiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

18.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

18.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

18.8. O produto resultante de 1% (um por cento) sobre todos os valores e pagamentos realizados pelo Município de Salgueiro, relativos ao fornecimento de bens, serviços e contratação de obras serão creditados, automaticamente, no FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS, conforme lei Municipal n.º 2.024/2017, na forma de sua regulamentação.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos financeiros para o pagamento do objeto deste Pregão correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão: 12

Unidade: 02

Projeto/Atividade: 1033

Elemento 4.4.90.51.00

Órgão: 12

Unidade: 02

Projeto/Atividade: 1033

Ficha: 958



20. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

20.1.1. Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade;

20.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

20.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.6. Cometer fraude fiscal;

20.1.7. Fizer declaração falsa;

20.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

20.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

20.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.4. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

20.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregoão.

21.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

21.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

21.4. É facultada à Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de **verdade real**, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários **para apurar fatos existentes à época da licitação**, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

21.5. No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não



alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

21.7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

21.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

21.11. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s), pelo representante da licitante, devidamente, credenciado de próprio punho ou reduzido a termo, na ata da sessão pública;

21.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.13. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da pregoeira;

21.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

21.15. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **12** horas.

21.16. O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail licitacao@salgueiro.pe.gov.br, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

21.17. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **12** horas.

21.18. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo de reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei n.º 10.520, de 2002.

21.19. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 2002, da Lei Complementar n.º 123, de 2006, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei n.º 8.666, de 1993, subsidiariamente.

21.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Salgueiro**, Estado de Pernambuco.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor
e trabalho.*

SALGUEIRO/PE, 13 de setembro de 2021.

MARIA LUCIA RODRIGUES
Pregoeira

Este edital foi revisado pela Assessoria Jurídica do Município conforme preceitua o Art. 38, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA O LOTE 01

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a execução da reforma da casa do Conselho Tutelar e anexos dos Correios nos distritos de Campinhos, Pau Ferro e Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro-PE.

1.2 Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados pela vencedora do processo licitatório, em total obediência e conformidade com as Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, descrição dos serviços e cronogramas, anexo.

2. DA JUSTIFICATIVA.

Considerando que os departamentos atendidos encontra-se em estados de deterioração.

Tendo em Vista que não a relatos de reformas anteriores nestes prédios.

Considerando que a reforma nas unidades oferecerá mais conforto e segurança aos servidores e a população atendida.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

As especificações dos serviços encontram-se na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, descrição dos serviços e cronogramas em Anexo.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

4.1 Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados;

4.2 Manter durante toda a execução do serviço contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3 Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

4.4 Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

4.5 Assumir integral responsabilidade pela cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados e prepostos, e, perdas e danos a terceiros e à CONTRATANTE, porventura resultantes de suas atividades;

4.6 Indicar representante aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do Contrato;

4.7 Efetuar despesas com os serviços na forma em que estão descritos e especificados no Termo de Referência.

4.8 Dar integral cumprimento ao que foi acordado por meio de sua Proposta e nos termos do Edital, que passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.

4.9 A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações de interesse para execução das obras que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.

4.10 Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA, através de seu representante, deverá apresentar-se às convocações da CONTRATANTE em seus escritórios ou no local das obras, de



modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência.

4.11 Cabe à CONTRATANTE, no ato da convocação, especificar os assuntos que serão tratados, cabendo à CONTRATADA os ônus ocasionados pelo não atendimento da convocação.

4.12 A CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, livre acesso às obras e os locais onde o trabalho estiver em andamento.

4.13 Procedimentos operacionais referentes à alterações técnicas no projeto e demais assuntos de interesse de ambas as partes deverão ser objeto de acordo entre as partes.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no contrato;

5.2 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da contratada;

5.3 Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas neste Termo;

5.4 O Recebimento Definitivo da obra não poderá ser superior a 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

6. DO PAGAMENTO

6 As notas fiscais/faturas deverão ser apresentadas pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

6.1 A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

6.2 O ATESTO na nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal.

6.3 O atesto será realizado pelo gestor do contrato, sendo ratificado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras.

6.4 O prazo para PAGAMENTO será até o 12º dia úteis contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável do bem ou serviço.

6.5 O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

6.6 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

6.7 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

7 DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

7.1 – O prazo para execução dos serviços é de 3 (Três) meses a contar da data de emissão da Ordem de Serviços.

8 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – O prazo de vigência do contrato será de 3 (Três) meses a contar com a assinatura da Ordem de Serviços, podendo tal prazo ser prorrogado, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO

9.1 O valor da planilha orçamentária para contratação do serviço é de **36.559,47(Trinta e Seis Mil Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos)**



10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orgão 12

Unidade 02

Projeto/Atividade: 1033

Elemento 4.4.90.51.00

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE PLANILHA	QTDADE A LICITAR
14	16.03.010	EMLURB	PINTURA LATEX PAREDES INTERNAS, COLORAR OU SIMILAR, DUAS DEMAOS,SEM MASSA CORRIDA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE UMA DEMÃO DE LIQUIDO SELADOR DE PAREDE	m ²	434,66	199,40
8	08.02.060	EMLURB	COBERTURA COM TELHAS CERAMICAS, TIPO COLONIAL	M ²	81,34	24,40

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os serviços objeto do contrato, deverão ser vistoriados diariamente pelo Fiscal da unidade contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

12.2. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo fiscal em relatório e estipulado novo prazo de execução;

12.3. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste anexo, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido no contrato a ser firmada.

12.4 Os documentos relativos aos serviços diários deverão ser reunidos em ordem crescente de dia da semana e encaminhados à fiscalização até o segundo dia útil da semana seguinte à trabalhada.

12.5 A Contratada é responsável por manter arquivo com todas as Ordens de Serviços, bem como Livro de Obras devidamente preenchido e atualizado.

12.6 Compete à contratada manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de fornecimento e aplicação, devendo a contratante manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.

Salgueiro, 05 de Julho de 2021.

Michael Kenneth

Secretário de Obras - Portaria 006/2021



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

AGENTE PROMOTOR:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO
AGENTE PROPONENTE:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS
OBRA:	REFORMA DA CASA DO CONSELHO TUTELAR - ANEXOS DOS CORREIOS NOS DISTRITOS DE CAMPINHOS, PAU FERRO E CONCEIÇÃO DAS CROULAS.
ENDEREÇO:	SALGUEIRO-PE
DATA:	30/06/2021

DESPESAS INDIRETAS			CÁLCULO DO BDI																	
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																		
AC	Administração Central	3,0000	BDI =	(1 + AC)	x	(1 + R)	x	(1 + SG)	x	(1 + L)	x	(1 + DF)	=	1						
R	Riscos	0,9700																		
SG	Seguro e Garantia	0,8000																		
BENEFÍCIOS			BDI =	(1,03)	(1,0097)	(1,008)	(1,0616)	(1,0050)	=	1
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																		
L	Lucro	6,1600																		
IMPOSTOS			BDI =	1,11945	=	1														
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																		
a	COFINS	3,0000	BDI =	1,2880	=	1														
b	PIS	0,6500																		
c	ISS	5,0000	BDI =	28,80%																
d	CPRB (c/ des.)	4,5000																		
Σ IMPOSTOS (I) = (a + b + c + d)		13,1500																		
DESPESAS FINANCEIRAS																				
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																		
DF	Despesas Financeiras	0,5900																		

OBSERVAÇÕES:

I - O percentual total apurado do BDI deverá incidir de forma direta sobre o somatório dos custos totais de cada serviço.

II - A inserção da CPRB decorre das alterações previstas pela Lei nº 12.344/2010, conforme orientação do Acórdão TCU nº 2.293/2013 - Plenário. A nova sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária poderá impactar as taxas de BDI mediante a majoração do percentual correspondente a 2% sobre o preço total da obra, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20% prevista nos encargos sociais. Nos orçamentos de obras públicas, somente se aplicará durante os períodos de sua vigência legal e depende do enquadramento da obra e das empresas contratadas nas respectivas atividades econômicas expressamente citadas na legislação.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor
e trabalho.*

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO						
URBANO E OBRAS						
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
REFORMA DA CASA DO CONSELHO TUTELAR - ANEXOS DOS CORREIOS NOS DISTRITOS DE CAMPINHOS, PAU FERRO E CONCEIÇÃO DAS CROULAS.						
SALGUEIRO-PE						
ITEM	ETAPAS/DESCRIÇÃO	%	VALOR / ETAPAS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
1	REFORMA DO ANEXO DOS CORREIOS DE CAMPINHOS	12,19%	100,00%	100,00%	-	-
			4.457,08	4.457,08	-	-
2	REFORMA DO ANEXO DOS CORREIOS DE PAU FERRO	7,39%	100,00%	100,00%	-	-
			2.700,74	2.700,74	-	-
3	REFORMA DO ANEXO DOS CORREIOS DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS	20,57%	100,00%	50,00%	50,00%	-
			7.519,19	3.759,60	3.759,60	-
4	REFORMA DO CONSELHO TUTELAR	59,85%	100,00%	-	50,00%	50,00%
			21.882,45	-	10.941,23	10.941,23
TOTAL		100%	100,00%	29,86%	40,21%	29,93%
			36.559,47	10.917,42	14.700,82	10.941,23



ITEM		CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COMP	LARG	ALTURA	TAXA	TOTAL
1.0	03.01.000		DEMOLICÃO DE FORRO EM PLACAS DE GESSO APLICADAS EM ESTRUTURA DE MADEIRA OU LAJE.	M2					4,88
1.1	03.01.042				0,20	2,20	1,00	1,00	1,00
1.2	03.01.140		DEMOLICÃO DE REVESTIMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA.	M2					24,51
1.3	03.01.160		DEMOLICÃO DE ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM PREPARO PARA RECONSTRUÇÃO.	M2					13,20
1.4	03.01.180		DEMOLICÃO DE ALVENARIA DE 1 Vez COM PREPARO PARA RECONSTRUÇÃO.	M2					3,18
2.0	04.03.000		REMOCÃO DE MATERIAL DE PRIMEIRA CATEGORIA EM CAMINHOS CARRETERIA, C.M.T. E KM, INCLUSIVE CARGA E DESCARGA MANUAIS.	M3					6,01
2.1	04.03.010				1,00	43,34	0,11	1,00	6,01
3.0	07.00.000		PAREDES, PAINES E DIVISÓRIAS ALVENARIA DE TUÇOS DE 8 FUROS ABERTOS E REJUNTADOS COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:1:2 - 1/2 VEZ.	M2					13,20
3.1	07.01.140				6,50	2,40	1,00	1,00	13,20
3.2	07.02.000		MURO COM EMBAIXAMENTO DE 50 CM E AL TUBO DA ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM PREPARO PARA RECONSTRUÇÃO.	M					0,00
3.3	07.02.010				0,00			1,00	0,00
4.0	08.00.000		COBERTURAS E EMPENSADELADES COBERTURAS COM TELHAS CERÂMICAS, TIPO COLONIAL.	M2					81,84
4.1	08.02.000				103,02			0,00	81,84
5.0	09.00.000		ESQUADRIA DE MADEIRA COM GRADE EM MADEIRA DE LEI E FOLHA PARA COMPENSO DE JELTERNA PARA PORTAS INTERNAS, INCLUSIVE ABERTAMENTO E PERGAMS.	M2					1,47
5.1	09.01.010				0,70	2,10	1,00	1,00	1,47
5.2	09.01.030		ESQUADRIA DE MADEIRA COM GRADE E FOLHA EM MADEIRA DE LEI PARA PORTAS EXTERNA E INCLUSIVE ABERTAMENTO E PERGAMS.	M2					1,00
5.3	09.01.030				0,80	2,10	1,00	1,00	1,00
5.4	11.00.000		ARGAMASSA E REVESTIMENTO DE PAREDES E TETOES QUANTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:1:3.	M2					24,50
5.5	11.02.010				24,50		1,00	1,00	25,17
5.6	11.02.020		REVESTIMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:1:3 COM 2,0 CM DE ESPESURA.	M2					64,20
5.7	11.02.030				1,20		1,00	1,00	1,20
5.8	11.02.040				1,00		1,00	1,00	1,00
5.9	11.02.050				17,55		1,00	1,00	17,55
6.00	10.00.000		FERRILHE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE PVC COM PERGAS DE 20MM DE LARGURA ENCAIXADO ENTRE SI E PUNÇOS COM E TUBERIA ANULADA QUANTO A 30MM COM MANGUADO, INCLUSIVE ARREMATE PARA FORRO EM PVC.	M2					4,88
6.01	10.03.010				4,88	1,00		1,00	4,88
8.00	16.00.000		PINTURA PINTURA LATEX EM PAREDES INTERNAS, CORALUM OU SIMILAR, DUAS DEMAS, SEM MALHA CORDEADA INCLUSIVE APLICACAO DE UMA DEMAO DE FUNDO PREPARADOR.	M2					434,00
8.1	16.03.010				2,20	2,20	1,00	1,00	10,30
8.2	16.03.030				2,20	2,20	1,00	1,00	10,30
8.3	16.03.050				2,17	2,20	1,00	1,00	10,27
8.4	16.03.070				2,00	2,20	1,00	1,00	9,00
8.5	16.03.090				2,10	2,20	1,00	1,00	9,50
8.6	16.03.110				2,13	2,20	1,00	1,00	9,63
8.7	16.03.130				2,16	2,20	1,00	1,00	9,76
8.8	16.03.150				2,19	2,20	1,00	1,00	9,89
8.9	16.03.170				2,22	2,20	1,00	1,00	10,02
8.10	16.03.190				2,25	2,20	1,00	1,00	10,15
8.11	16.03.210				2,28	2,20	1,00	1,00	10,28
8.12	16.03.230				2,31	2,20	1,00	1,00	10,41
8.13	16.03.250				2,34	2,20	1,00	1,00	10,54
8.14	16.03.270				2,37	2,20	1,00	1,00	10,67
8.15	16.03.290				2,40	2,20	1,00	1,00	10,80
8.16	16.03.310				2,43	2,20	1,00	1,00	10,93
8.17	16.03.330				2,46	2,20	1,00	1,00	11,06
8.18	16.03.350				2,49	2,20	1,00	1,00	11,19
8.19	16.03.370				2,52	2,20	1,00	1,00	11,32
8.20	16.03.390				2,55	2,20	1,00	1,00	11,45
8.21	16.03.410				2,58	2,20	1,00	1,00	11,58
8.22	16.03.430				2,61	2,20	1,00	1,00	11,71
8.23	16.03.450				2,64	2,20	1,00	1,00	11,84
8.24	16.03.470				2,67	2,20	1,00	1,00	11,97
8.25	16.03.490				2,70	2,20	1,00	1,00	12,10
8.26	16.03.510				2,73	2,20	1,00	1,00	12,23
8.27	16.03.530				2,76	2,20	1,00	1,00	12,36
8.28	16.03.550				2,79	2,20	1,00	1,00	12,49
8.29	16.03.570				2,82	2,20	1,00	1,00	12,62
8.30	16.03.590				2,85	2,20	1,00	1,00	12,75
8.31	16.03.610				2,88	2,20	1,00	1,00	12,88
8.32	16.03.630				2,91	2,20	1,00	1,00	13,01
8.33	16.03.650				2,94	2,20	1,00	1,00	13,14
8.34	16.03.670				2,97	2,20	1,00	1,00	13,27
8.35	16.03.690				3,00	2,20	1,00	1,00	13,40
8.36	16.03.710				3,03	2,20	1,00	1,00	13,53
8.37	16.03.730				3,06	2,20	1,00	1,00	13,66
8.38	16.03.750				3,09	2,20	1,00	1,00	13,79
8.39	16.03.770				3,12	2,20	1,00	1,00	13,92
8.40	16.03.790				3,15	2,20	1,00	1,00	14,05
8.41	16.03.810				3,18	2,20	1,00	1,00	14,18
8.42	16.03.830				3,21	2,20	1,00	1,00	14,31
8.43	16.03.850				3,24	2,20	1,00	1,00	14,44
8.44	16.03.870				3,27	2,20	1,00	1,00	14,57
8.45	16.03.890				3,30	2,20	1,00	1,00	14,70
8.46	16.03.910				3,33	2,20	1,00	1,00	14,83
8.47	16.03.930				3,36	2,20	1,00	1,00	14,96
8.48	16.03.950				3,39	2,20	1,00	1,00	15,09
8.49	16.03.970				3,42	2,20	1,00	1,00	15,22
8.50	16.03.990				3,45	2,20	1,00	1,00	15,35
8.51	16.04.000				3,48	2,20	1,00	1,00	15,48
8.52	16.04.010				3,51	2,20	1,00	1,00	15,61
8.53	16.04.020				3,54	2,20	1,00	1,00	15,74
8.54	16.04.030				3,57	2,20	1,00	1,00	15,87
8.55	16.04.040				3,60	2,20	1,00	1,00	16,00
8.56	16.04.050				3,63	2,20	1,00	1,00	16,13
8.57	16.04.060				3,66	2,20	1,00	1,00	16,26
8.58	16.04.070				3,69	2,20	1,00	1,00	16,39
8.59	16.04.080				3,72	2,20	1,00	1,00	16,52
8.60	16.04.090				3,75	2,20	1,00	1,00	16,65
8.61	16.04.100				3,78	2,20	1,00	1,00	16,78
8.62	16.04.110				3,81	2,20	1,00	1,00	16,91
8.63	16.04.120				3,84	2,20	1,00	1,00	17,04
8.64	16.04.130				3,87	2,20	1,00	1,00	17,17
8.65	16.04.140				3,90	2,20	1,00	1,00	17,30
8.66	16.04.150				3,93	2,20	1,00	1,00	17,43
8.67	16.04.160				3,96	2,20	1,00	1,00	17,56
8.68	16.04.170				3,99	2,20	1,00	1,00	17,69
8.69	16.04.180				4,02	2,20	1,00	1,00	17,82
8.70	16.04.190				4,05	2,20	1,00	1,00	17,95
8.71	16.04.200				4,08	2,20	1,00	1,00	18,08
8.72	16.04.210				4,11	2,20	1,00	1,00	18,21
8.73	16.04.220				4,14	2,20	1,00	1,00	18,34
8.74	16.04.230				4,17	2,20	1,00	1,00	18,47
8.75	16.04.240				4,20	2,20	1,00	1,00	18,60
8.76	16.04.250				4,23	2,20	1,00	1,00	18,73
8.77	16.04.260				4,26	2,20	1,00	1,00	18,86
8.78	16.04.270				4,29	2,20	1,00	1,00	18,99
8.79	16.04.280				4,32	2,20	1,00	1,00	19,12
8.80	16.04.290				4,35	2,20	1,00	1,00	19,25
8.81	16.04.300				4,38	2,20	1,00	1,00	19,38
8.82	16.04.310				4,41	2,20	1,00	1,00	19,51
8.83	16.04.320				4,44	2,20	1,00	1,00	19,64
8.84	16.04.330				4,47	2,20	1,00	1,00	19,77
8.85	16.04.340				4,50	2,20	1,00	1,00	19,90
8.86	16.04.350				4,53	2,20	1,00	1,00	20,03
8.87	16.04.360				4,56	2,20	1,00	1,00	20,16
8.88	16.04.370				4,59	2,20	1,00	1,00	20,29
8.89	16.04.380				4,62	2,20	1,00	1,00	20,42
8.90	16.04.390				4,65	2,20	1,00	1,00	20,55
8.91	16.04.400				4,68	2,20	1,00	1,00	20,68
8.92	16.04.410				4,71	2,20	1,00	1,00	20,81
8.93	16.04.420				4,74	2,20	1,00	1,00	20,94
8.94	16.04.430				4,77	2,20	1,00	1,00	21,07
8.95	16.04.440				4,80	2,20	1,00	1,00	21,20
8.96	16.04.450				4,83	2,20			



Salgueiro PREFEITURA MUNICIPAL Terra de amor e trabalho.			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS							
			MEMÓRIA DE CÁLCULO							
			MODALIDADE	Nº DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO			ASS. DO CONTRATO		
			INÍCIO DA OBRA	TERMINO DA OBRA	PRAZO DE EXECUÇÃO 90 DIAS			BDI 28,80%		
AGENTE PROMOTOR PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO			OBJETIVO REFORMA DO ANEXO DOS CORREIROS DE CONCEIÇÃO DAS CRIULAS							
AGENTE FINANCEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO			FISCALIZAÇÃO DA OBRA	PERÍODO				DATA 20/04/2021		
LOCALIZAÇÃO DA OBRA DISTRITO DE CONCEIÇÃO DAS CRIULAS			TOTAL ACUMULADO	SALDO				V. DA PLANILHA R\$ 7.519,19		
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	COMP	LARG.	ALTURA	TAXA	QTDADE	TOTAL
01 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS										
1	SINAPI	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃO\$.	M2						127,98
1.1			PINTURA DA PAREDE "A"	M2	5,00	0,15	2,70	2,00	1,00	27,00
1.2			PINTURA DA PAREDE "B"	M2	3,50	0,15	2,70	2,00	1,00	18,90
1.3			PINTURA DA PAREDE "C"	M2	5,00	0,15	2,70	2,00	1,00	27,00
1.4			PINTURA DA PAREDE "01"	M2	4,00	0,15	2,70	2,00	1,00	21,60
1.5			PINTURA DA PAREDE "02"	M2	1,10	0,15	2,70	2,00	1,00	5,94
1.6			PINTURA DA PAREDE "03"	M2	1,10	0,15	2,70	2,00	1,00	5,94
1.7			PINTURA DA PAREDE "04"	M2	4,00	0,15	2,70	2,00	1,00	21,60
2	SINAPI	90823	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEM-OCA (LEVE OU MÉDIA), 90X210CM, ESPESURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID						1,00
2.1			SUBSTITUIÇÃO DE PORTA	UNID	3,5	0,90	2,1	1,00	1,00	1,00
3	SINAPI	101876	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID						1,00
3.1			SUBSTITUIÇÃO DE QUADRO DE ENERGA	UNID				1,00	1,00	1,00
4	SINAPI	100330	RETRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPACANAL, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M2						26,79
4.1			REPARO EM TELHADO	M2	5,70	2,35		2,00	1,00	26,79
5	SINAPI	97606	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA LUA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 16 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID						3,00
5.1			REPOSIÇÃO DE ARANDELAS EXTERNAS	UNID				1,00	3,00	3,00
6	SINAPI	98535	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60M.	IND						1,00
6.1			PODA DE ÁRVORE	UNID				1,00	1,00	1,00
7.0	SEIFRA	C3442	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 1000L UN	UNID						1,00
7.1			SUBSTITUIÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 500L POR 1000L	UNID				1,00	1,00	1,00
8	SINAPI	97612	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE DE 20 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID						4,00
8.1			REPOSIÇÃO DE LUMINÁRIAS	UNID				1,00	4,00	4,00
9	SINAPI	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID						1,00
9.1			SUBSTITUIÇÃO DE INTERRUPTOR	UNID				1,00	1,00	1,00
10	SINAPI	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID						1,00
10.1			INSTALAÇÃO DE FECHADURA	UNID				1,00	1,00	1,00
11	SEINFRA		CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO)	UNID						1,00
11.1			INSTALAÇÃO DE CHUVEIRO	UNID				1,00	1,00	1,00
12	SEINFRA	C3121	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:6	M2						18,60
12.1			REBOCO NA PAREDE EXTERNA "01"			2,00	4,00	1,00	1,00	8,00
12.2			REBOCO NA PAREDE EXTERNA "A"			1,50	5,00	1,00	1,00	7,50
12.3			REBOCO NA PAREDE EXTERNA "04"			1,50	2,00	1,00	1,00	3,00



Salgueiro PREFEITURA MUNICIPAL			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS							
			MEMÓRIA DE CÁLCULO							
			MODALIDADE	Nº DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO		ASS. DO CONTRATO			
AGENTE PROMOTOR			INÍCIO DA OBRA	TERMINO DA OBRA	PRAZO DE EXECUÇÃO		BDI			
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO					90 DIAS		28,80%			
AGENTE FINANCEIRO			OBJETIVO							
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO			REFORMA DO ANEXO DOS CORREIROS DE PAU FERRO							
LOCALIZAÇÃO DA OBRA			FISCALIZAÇÃO DA OBRA	PERÍODO			DATA			
DISTRITO DE PAU FERRO							11/05/2021			
CONTRATADA			TOTAL ACUMULADO	SALDO			V. DA PLANILHA			
									R\$ 2.700,74	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	COMP.	LARG.	ALTURA	TAXA	QTDDE	TOTAL
01 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS										
1	SINAPI	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOIS.	M2						2,00
1.1			PINTURA DA PAREDE "A"	M2	6,74	0,15	2,80	2,00	1,00	2,00
1.2			PINTURA DA PAREDE "B"	M2	6,74	0,15	2,80	1,00	1,00	1,00
1.3			PINTURA DA PAREDE "01"	M2	2,70	0,15	2,80	2,00	1,00	2,00
1.4			PINTURA DA PAREDE "02"	M2	2,70	0,15	2,80	2,00	1,00	2,00
1.5			PINTURA DA PAREDE "03"	M2	2,70	0,15	2,80	2,00	1,00	2,00
6	SINAPI	90822	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MEDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,3CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2						1,00
6.1			REPOSIÇÃO DE PORTA	M2	0,03	0,80	2,10	1,00	1,00	1,00
7	SINAPI	102234	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOIS.	M2						2,00
7.1			PINTURA EM PORTA DE MADEIRA	M2	0,03	0,80	2,10	2,00	1,00	2,00
8	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS.	M2						1,00
8.1			MANUTENÇÃO EM FORRO DE GESSO	M2	6,74	2,70		1,00	1,00	1,00
9	SINAPI	100330	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M2						1,00
9.1			REPARO EM TELHADO	M2	6,74	2,70		1,00	1,00	1,00



Salgueiro PREFEITURA MUNICIPAL Terra de amor e trabalho.			SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS							
			MEMÓRIA DE CÁLCULO							
			MODALIDADE	Nº DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO		ASS. DO CONTRATO			
AGENTE PROMOTOR			INÍCIO DA OBRA	TÉRMINO DA OBRA	PRAZO DE EXECUÇÃO		BDI			
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO					96 DIAS		28,80%			
AGENTE FINANCEIRO			OBJETIVO							
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO			REFORMA DO ANEXO DOS CORREIOS DE CAMPINHOS							
LOCALIZAÇÃO DA OBRA			FISCALIZAÇÃO DA OBRA	PERÍODO			DATA			
DISTRITO DE CAMPINHOS							15/06/2021			
CONTRATADA			TOTAL ACUMULADO	SALDO			V. DA PLANILHA			
							R\$ 4.457,86			
ITEM	FONTES	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	COMP.	LARG.	ALTURA	TAXA	QTDADE	TOTAL
01 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS										
1	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M3						0,504
1.1			CORTE EM PAREDE E PILARES	M3	0,30	0,15	2,80	1,00	4,00	0,126
2	SINAPI	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORGAMENTO OU SAPATA, SEM PREVISÃO DE FORMA.	M3						0,864
2.2			ESCAVAÇÃO PARA SAPATAS	M3	0,50	0,50	0,60	1,00	4,00	0,216
3	SINAPI	96556	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK = 30 MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M3						0,864
3.3			CONCRETO PARA SAPATAS	M3	0,60	0,60	0,60	1,00	4,00	0,216
4	SINAPI	92718	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M3						0,504
4.4			CONCRETO PARA PILARES	M3	0,15	0,30	2,80	1,00	4,00	0,126
6	SINAPI	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS.	M2						117,04
6.1			PINTURA DA PAREDE "A"	M3	4,50	0,15	2,80	2,00	1,00	25,76
6.2			PINTURA DA PAREDE "B"	M3	3,10	0,15	2,80	2,00	1,00	17,36
6.3			PINTURA DA PAREDE "C"	M3	1,00	0,15	2,80	1,00	1,00	12,88
6.4			PINTURA DA PAREDE "01"	M3	0,25	0,15	2,80	2,00	1,00	23,8
6.5			PINTURA DA PAREDE "02"	M3	1,20	0,15	2,80	2,00	1,00	6,72
6.6			PINTURA DA PAREDE "03"	M3	1,20	0,15	2,80	2,00	1,00	6,72
6.7			PINTURA DA PAREDE "04"	M3	4,25	0,15	2,80	2,00	1,00	23,8
7	SINAPI	92723	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 25M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M3						0,354
7.1			CONCRETAGEM VIGA "01"	M3	4,50	0,10	0,20	1,00	1,00	0,092
7.2			CONCRETAGEM VIGA "02"	M3	4,25	0,10	0,20	1,00	1,00	0,085
7.3			CONCRETAGEM VIGA "03"	M3	4,50	0,10	0,20	1,00	1,00	0,092
7.4			CONCRETAGEM VIGA "04"	M3	4,25	0,10	0,20	1,00	1,00	0,085
8	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS.	M2						19,67
8.1			REPARO DA SALA "01"	M2	4,50	3,05		1,00		14,03
8.2			REPARO DA SALA "02"	M2	1,20	1,50		1,00		1,92
8.3			REPARO DA SALA "03"	M2	1,20	1,50		1,00		1,80
8.4			REPARO DA SALA "04"	M2	1,20	1,50		1,00		1,92
9	SINAPI	102234	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS.	M2						133,14
9.1			PINTURA EM PORTA EXTERNA	M2	0,03	0,80	2,10	2,00	1,00	3,36
10	SINAPI	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO).	M2						2,16
10.1			PINTURA DA JANELA "01"	M2		1,20	1,20	1,00	1,00	1,44
10.2			PINTURA DA JANELA "02"	M2		0,40	0,80	1,00	1,00	0,32
10.3			PINTURA DA JANELA "03"	M2		2,00	0,20	1,00	1,00	0,40
11	SINAPI	97612	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE DE 20 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND				1,00		5,00
11.1			REPOSIÇÃO DE LÂMPADAS	UND				1,00	5,00	5,00
12	SINAPI	101946	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA PARA 1 MEDIDOR DE SOBREPOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND				1,00		1,00
12.1			SUBSTITUIÇÃO DE QUADRO MEDIDOR	UND				1,00	1,00	1,00
13	SINAPI	100330	RETRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPACANAL, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSIVE IÇAMENTO.	M2				1,00		9,78
13.1			REPARO EM TELHADO	M2	2,30	4,25		2,00	1,00	9,78
14	SINAPI	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M2						127,62
14.1			FECHADURA PARA PORTA	M2	2,30	4,25		2,00	1,00	127,62



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA O LOTE 02

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a execução da reforma na Biblioteca Municipal de Salgueiro-PE.

1.2 Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados pela vencedora do processo licitatório, em total obediência e conformidade com as Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, descrição dos serviços e cronogramas, anexo.

2. DA JUSTIFICATIVA.

Considerando a necessidade de adequação em ambientes para melhor atender seus usuários.

Tendo em vista que a reforma terá um melhor aproveitamento dos espaços

Considerando que a biblioteca tem um papel social determinante, oferecendo um banco de informações científicas e histórico-cultural a população do nosso município.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

As especificações dos serviços encontram-se na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, descrição dos serviços e cronogramas em Anexo.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

4.1 Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados;

4.2 Manter durante toda a execução do serviço contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3 Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

4.4 Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

4.5 Assumir integral responsabilidade pela cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados e prepostos, e, perdas e danos a terceiros e à CONTRATANTE, porventura resultantes de suas atividades;

4.6 Indicar representante aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do Contrato;

4.7 Efetuar despesas com os serviços na forma em que estão descritos e especificados no Termo de Referência.

4.8 Dar integral cumprimento ao que foi acordado por meio de sua Proposta e nos termos do Edital, que passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.

4.9 A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações de interesse para execução das obras que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.

4.10 Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA, através de seu representante, deverá apresentar-se às convocações da CONTRATANTE em seus escritórios ou no local das obras, de modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência.

4.11 Cabe à CONTRATANTE, no ato da convocação, especificar os assuntos que serão tratados, cabendo à CONTRATADA os ônus ocasionados pelo não atendimento da convocação.

4.12 A CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, livre acesso às obras e os locais onde o trabalho



estiver em andamento.

4.13 Procedimentos operacionais referentes à alterações técnicas no projeto e demais assuntos de interesse de ambas as partes deverão ser objeto de acordo entre as partes.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1 Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- 5.2 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da contratada;
- 5.3 Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas neste Termo;
- 5.4 O Recebimento Definitivo da obra não poderá ser superior a 15 (Quinze) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

6. DO PAGAMENTO

- 6 As notas fiscais/faturas deverão ser apresentadas pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.
- 6.1 A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.
- 6.2 O ATESTO na nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal.
- 6.3 O atesto será realizado pelo gestor do contrato, sendo ratificado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras.
- 6.4 O prazo para PAGAMENTO será até o 12º dia úteis contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável do bem ou serviço.
- 6.5 O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.
- 6.6 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 6.7 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

7 DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

7.1 – O prazo para execução dos serviços é de 3 (Três) meses a contar da data de emissão da Ordem de Serviços.

8 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – O prazo de vigência do contrato será de 3 (Três) meses a contar com a assinatura da Ordem de Serviços, podendo tal prazo ser prorrogado, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO

9.1 O valor da planilha orçamentária para contratação do serviço é de **48.067,28** (Quarenta e Oito Mil Sessenta e Sete Reais e Vinte e Oito Centavos).

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 12

Unidade: 02

Projeto/Atividade: 1033

Ficha: 958



11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE PLANILHA	QTDADE A LICITAR
6.2	C1615	BASE SEINFRA 2021	LATEX DUAS DE MÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M ²	167,97	83,98
3.2	C4496	BASE SEINFRA 2021	DIVISÓRIA DE GESSO ACARONADO e=70mm S/ REVESTIMENTO FORNECIMENTO MONTAGEM	M ²	83,99	41,99

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os serviços objeto do contrato, deverão ser vistoriados diariamente pelo Fiscal da unidade contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

12.2. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo fiscal em relatório e estipulado novo prazo de execução;

12.3. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste anexo, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido no contrato a ser firmada.

12.4 Os documentos relativos aos serviços diários deverão ser reunidos em ordem crescente de dia da semana e encaminhados à fiscalização até o segundo dia útil da semana seguinte à trabalhada.

12.5 A Contratada é responsável por manter arquivo com todas as Ordens de Serviços, bem como Livro de Obras devidamente preenchido e atualizado.

12.6 Compete à contratada manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de fornecimento e aplicação, devendo a contratante manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.

Salgueiro, 05 de Julho de 2021.

Michael Kenneth

Secretário de Obras - Portaria 006/2021



ITEM		CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	CUSTO UNITÁRIO	QUANTIDADE	FINANCEIRO - R\$
						PREVISTO	PREVISTO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
R. JOAQUIM SAMPAIO N° 297 N. Sra DAS GRAÇAS CEP 55.000-000				MODALIDADE	Nº DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	
						R\$ 48.067,28	
AGENTE PROMOTOR				INÍCIO DA OBRA	TÉRMINO DA OBRA	PRAZO DE EXECUÇÃO	
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO							
AGENTE FINANCEIRO				OBJETIVO			
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALGUEIRO				SERVIÇOS DE REFORMA NA BIBLIOTECA			
LOCALIZAÇÃO DA OBRA				Base: Seinfra 2021 e SEDUC 2019			
RUA FRANCISCO DE SÁ, Nº 221 SANTO ANTONIO SALGUEIRO-PE							
CONTRATADA				TOTAL			
				R\$ 48.067,28			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	C1066		DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M²	R\$ 25,29	26,38	R\$ 667,05
	C1256		ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M 43,25	M³	R\$ 50,22	1,02	R\$ 51,43
1.2	03.03.090		FORNECIMENTO TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE PLACA DA OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CHAPA GALVANIZADA N.22. (EMLURB)	M²	R\$ 390,80	6,00	R\$ 2.344,80
1.3	04.02.120		TRANSPORTE COM CARRO DE MÃO DE AREIA, ENTULHO OU TERRA ATÉ 30M. (EMLURB)	M³	R\$ 31,06	2,40	R\$ 74,55
2.0 ESTRUTURA DE CONCRETO							
2.1	06.03.010		CONCRETO NÃO ESTRUTURAL (1 4 8) PARA LASTROS DE PISOS E FUNDACOES, LANCADO E ADENSADO. (EMLURB)	M³	R\$ 417,36	0,99	R\$ 412,00
	C4151		ARMADURA DE AÇO CA 50/60	KG	R\$ 13,91	42,58	R\$ 592,23
	C3273		CONCRETO P/VIBR., FCK=25MPa COM AGREGADO PRODUZIDO (S/TRANSP.) 342,92	M³	R\$ 403,54	0,61	R\$ 246,97
	C1604		LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO 128,76	M³	R\$ 149,18	0,61	R\$ 91,30
3.0 PAREDES, PAINÉIS E DIVISÓRIAS							
3.1	C0729		CASA DE BOMBAS(1.5X1.5)m, EM ALVENARIA E CONCRETO	UNID	R\$ 1.067,06	1,00	R\$ 1.067,06
	C4496		DIVISÓRIA DE GESSO ACARTONADO e=70mm, S/ REVESTIMENTO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M²	R\$ 96,80	83,99	R\$ 8.129,88
4.0 COBERTURAS E IMPERMEABILIZAÇÕES							
4.1	C446		MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA)	M²	R\$ 92,56	34,40	R\$ 3.184,06
	C0387		BEIRA E BICA EM TELHA COLONIAL	M	R\$ 13,16	30,24	R\$ 397,96
	C4463		CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA	M	R\$ 28,58	39,04	R\$ 1.115,76
	C4462		TELHA CERÂMICA	M²	R\$ 67,77	34,40	R\$ 2.331,29
4.5	C1986		PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.70X 2.10)m	UNID	R\$ 785,85	1,00	R\$ 785,85
4.6	C1987		PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.80X 2.10)m	UNID	R\$ 812,53	5,00	R\$ 4.062,65
5.0 PISOS							
5.1	C4601		PISO CIMENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR ESP. 2,0 cm	M²	R\$ 48,61	26,38	R\$ 1.282,14
5.2	C4503		PISO VINÍLICO TIPO "PAVIFLEX", e=1,6mm - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M²	R\$ 69,94	27,01	R\$ 1.889,00
6.0 PINTURA							
6.1	C1208		EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA	M2	R\$ 12,94	167,97	R\$ 2.173,57
6.2	C1615		LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M2	R\$ 20,99	167,97	R\$ 3.525,75
7.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
7.1	C2481		TOMADA C/TRAVA MECÂNICA E PLUG DE EMBUTIR 30A/250V	UNID	R\$ 69,98	2,00	R\$ 139,96
8.0 INSTALAÇÕES HIDRÁLICAS							
8.1	C2624		C2624 TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 20mm (1/2")	M	R\$ 17,95	5,20	R\$ 93,34
8.2	C2625		TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 25mm(3/4")	M	R\$ 21,37	6,30	R\$ 134,63
8.3	C2626		M C2626 TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 32mm(1")	M	R\$ 28,74	1,80	R\$ 51,73
8.4	C3442		CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 1000L	UNID	R\$ 440,25	1,00	R\$ 440,25
8.5	C0444		BOMBA CENTRÍFUGA DE 1 1/2 CV, INCLUSIVE MAT.DE SUÇÃO	UNID	R\$ 1.175,83	1,00	R\$ 1.175,83
8.6	C2603		TUBO PVC BRANCO RÍGIDO ESGOTO D=300mm (12") 108,50	M	R\$ 147,98	5,80	R\$ 858,28
TOTAL SEM BDI							R\$ 37.319,32
BDI 28,80%							R\$ 10.747,96
TOTAL COM BDI							R\$ 48.067,28
IMPORTA A PRESENTE PLANILHA O VALOR DE R\$:				R\$ 48.067,28	(QUARENTA E OITO MIL E SESSENTA E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)		



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

AGENTE PROMOTOR:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO
AGENTE PROPONENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO
OBRA:	SERVIÇOS DE REFORMA NA BIBLIOTECA
ENDEREÇO:	RUA FRANCISCO DE SÁ, Nº 221 SANTO ANTONIO SALGUEIRO-PE
DATA:	01/07/2021

DESPESAS INDIRETAS			CÁLCULO DO BDI																		
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																			
AC	Administração Central	3,0000	BDI =	(1 + AC)	x	(1 + R)	x	(1 + SG)	x	(1 + L)	x	(1 + DF)	=	1							
R	Riscos	0,9700																			
SG	Seguro e Garantia	0,8000																			
BENEFÍCIOS			BDI =	(1,03)	(1,0097)	(1,008)	(1,0616)	(1,0059)	=	1	
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%))
L	Lucro	6,1600																			
IMPOSTOS			BDI =	=	1,11945	-	1	=	28,80%												
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																			
a	COFINS	3,0000																			
b	PIS	0,6500																			
c	ISS	5,0000																			
d	CPRB (c/ des.)	4,5000																			
Σ IMPOSTOS (E) = (a + b + c + d)			13,1500																		
DESPESAS FINANCEIRAS																					
TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)																			
DF	Despesas Financeiras	0,5900																			

OBSERVAÇÕES:

I - O percentual total apurado do BDI deverá incidir de forma direta sobre o somatório dos custos totais de cada serviço.

II - A inserção da CPRB decorre das alterações promovidas pela lei n.º 12.804/2013, conforme orientação do Acórdão TCU n.º 2.293/2013 - Plenário. A norma sistêmica de recolhimento da contribuição previdenciária poderá impactar as taxas de BDI mediante a majoração do percentual correspondente a 2% sobre o preço total da obra, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20% prevista nos encargos sociais. Nos equipamentos de obras públicas, somente se aplicará durante os períodos de sua utilização local e depende do enquadramento da obra e das empresas contratadas nas respectivas atividades econômicas especificamente citadas na legislação.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor
e trabalho.*

	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
Salgueiro PREFEITURA MUNICIPAL	URBANO E OBRAS

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

SERVIÇOS DE REFORMA NA BIBLIOTECA

RUA FRANCISCO DE SÁ, Nº 221 SANTO ANTONIO SALGUEIRO-PE

ITEM	ETAPAS/DESCRIÇÃO	%	VALOR / ETAPAS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
1	SERVICOS PRELIMINARES	8,41%	100,00%	100,00%	-	-
			4.041,53	4.041,53	-	-
2	ESTRUTURA DE CONCRETO	3,80%	100,00%	100,00%	-	-
			1.729,14	1.729,14	-	-
3	PAREDES, PAINES E DIVISORIAS	24,64%	100,00%	50,00%	50,00%	-
			11.845,66	5.922,83	5.922,83	-
4	COBERTURAS E IMPERMEABILIZACOES	31,83%	100,00%	-	50,00%	50,00%
			15.298,31	-	7.649,18	7.649,18
5	PISOS	8,50%	100,00%	50,00%	50,00%	-
			4.084,42	2.042,21	2.042,21	-
6	PINTURA	15,27%	100,00%	-	50,00%	50,00%
			7.340,72	-	3.670,36	3.670,36
7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	0,38%	100,00%	100,00%	-	-
			180,27	180,27	-	-
8	INSTALAÇÕES HIDRÁLICAS	7,38%	100,00%	50,00%	50,00%	-
			3.547,24	1.773,62	1.773,62	-
TOTAL			100%	32,64%	43,81%	23,55%
			48.067,20	15.689,59	21.058,18	11.319,52



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS		MEMÓRIA DE CÁLCULO						
MODALIDADE		Nº DO CONTRATO		VALOR DO CONTRATO				
INÍCIO DA OBRA		TERMINO DA OBRA		R\$ 48.007,38 PRAZO 90 dias				
OBJETIVO								
SERVIÇOS DE REFORMA NA BIBLIOTECA								
PERÍODO			DATA					
TOTAL ACUMULADO								
MEMÓRIA DE CÁLCULO								
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO / PARÂMETROS	QUANT	UNID	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL	UNID	QUANT
1.0		SERVIÇOS PNEIS MINIMIZADOS						
1.1	C1088	DEMOÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO PISO DAS ÁREAS CIRC-EXTERNAS, USOU-SE A FÓRMULA (A=0,17)	5,14	m2	4,20	21,59	m2	26,58
1.2	C1268	ESCVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M ESCVAÇÃO PARA A SAPATA DOS PILARES	0,80	m3	0,80	0,64	m3	1,024
1.3	03.03.090	FORNECIMENTO TRANSPORTE E ASSENTAMENTO DE PLACA DA OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CHAPA GALVANIZADA N.22 (EMLURB) EM FRENTE A OBRA	2,00	m2	3,00	6,00	m2	6,00
1.4	04.02.130	TRANSPORTE COM CARRO DE MÃO DE AREIA, ENTULHO OU TERRA ATÉ 30M (EMLURB) CIRCUNFERENTE DA DEMOLUÇÃO DE PISO	5,14	m3	4,20	21,59	m3	2,40
		TOTAL				1,85		1,85
		TOTAL +30% DE EMPOLAMENTO				2,40		2,40
2.0		ESTRUTURA DE CONCRETO						
2.1	04.03.010	CONCRETO MÃO ESTRU TURAL (1:4:8) PARA LASTROS DE PISOS E FUNDACOES, LANÇADO E ADENADO (EMLURB)	5,14	m3	4,20	21,59	m3	0,99
		LASTRO DO PISO DAS ÁREAS CIRC-EXTERNAS, USOU-SE A FÓRMULA (A=0,17)	0,80	m3	0,80	0,64	m3	0,02
		LASTRO DO FUNDO DAS SAPATAS DAS COBERTAS EXTERNAS						0,084
2.2	C4181	ARMADURA DE AÇO CA 50/95 ARMADURA DOS DOIS PILARES CALCULADA EM MASSA FERRO 10,0 FERRO 6,0	52,8	KG	0,62	32,71	KG	42,68
			42,90		0,10	4,30		47,28
2.3	C9273	CONCRETO P/VIAS, FCK=25MPa COM AGREGADO PRODUZIDO (S/TRANSP.) VOLUME DOS PILARES CALCULADOS VOLUME DAS SAPATAS CALCULADO	0,07	m3	2,00	0,14	m3	0,61
			0,124		1,00	0,124		0,25
2.4	C1604	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO RELEVADO VOLUME DOS PILARES CALCULADO VOLUME DAS SAPATAS CALCULADO	0,07	m3	2,00	0,14	m3	0,61
			0,124		1,00	0,124		0,248
3.0		PAREDES, PAINES E DIVISÓRIAS						
3.1	C0729 R5817,50	CASA DE BOMBAS (1,8X1,8m) EM ALVENARIA E CONCRETO CASA PARA A BOMBA HIDRAULICA	1,00	UN		1,00	UN	1,00
3.2	C4490 R586,65	DIVISÓRIA DE GESSO ACARTONADO 4x70mm/81 REVESTIMENTO - FORNECIMENTO E MONTAGEM NO PAVIMENTO SUPERIOR	11,62	m2	2,77	32,19	m2	83,99
			7,50		2,77	20,79		31,02
			5,50		2,77	15,24		
4.0		COBERTURAS E IMPERMEABILIZAÇÕES						
4.1	C448	MADERAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (INPA, CABELO, LINHAS) PARA AS COBERTAS EXTERNAS (ÁREA MEDIDA NO PROJETO)	17,20	m2	1,00	17,20	m2	34,40
4.2	C0387	BARRA E RICA EM TELHA COLONIAL PARA AS COBERTAS EXTERNAS (PERÍMETRO MEDIDO NO PROJETO)	15,12	M		15,12	M	30,24
4.3	C4463	CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOCADA	2,44	M		2,44	M	38,04
4.4	C4462	TELHA CERÂMICA PARA AS COBERTAS EXTERNAS (ÁREA MEDIDA NO PROJETO)	17,20	m2	1,00	17,20	m2	34,40
4.5	C1986	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA LIMA SOLHA 10 79X 2,19M PORTA QUE DÁ ACESSO AO BARRIL P/V SUPER	1,00	UN		1,00	UN	1,00
4.6	C1987	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA LIMA SOLHA 10 80X 2,19M PORTAS NAS SALAS DO P/V SUPERIOR	1,00	UN		1,00	UN	5,00
5.0		PISOS						
SEINF RA ONER.	C4601	PISO CIMENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR ESP. 2,6 CM PISO DAS ÁREAS CIRC-EXTERNAS, USOU-SE A FÓRMULA (A=0,17)	5,14	m2	4,20	21,59	m2	26,58
SEINF RA ONER.	C4603	PISO VINILICO TIPO "PAVIFLEX", esp=1,6mm - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO SALA BARRIL PAVIMENTO TERRELO	2,42	m2	3,04	7,36	m2	27,01
SEINF RA ONER.	C1208	PINTURA EMBAZAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMAÇOS COMASSA DE EVA DIVISÓRIAS DE GESSO NO PAV. SUPERIOR	11,62	m2	2,77	32,19	m2	187,87
			7,50		2,77	20,79		54,57
			5,50		2,77	15,24		41,59
								62,05
SEINF RA ONER.	C1818	LATEX DUAS DEMAÇOS EM PAREDES INTERNAS 5 MASSA DIVISÓRIAS DE GESSO NO PAV. SUPERIOR	11,62	m2	2,77	32,19	m2	167,87
			7,50		2,77	20,79		54,57
			5,50		2,77	15,24		41,59
								62,05
7.0		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
7.1	C2481	TOMADA C/ TRAVA MECÂNICA E PLUG DE EMULTE JOAREZV TOMADA PARA APARELHO DE AR TOMADA PARA BOMBA	1,00	UN		1,00	UN	2,00
			1,00			1,00		1,00
8.0		INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						
8.1	C2624	M C2624 TUBO PVC SOLDO, MARROM INCL. CONEXÕES Ø= 38mm (1 1/2") PARA ALIMENTAÇÃO DAS CAIXAS NO SOLO	5,20	M		5,20	M	6,30
8.2	C2628	TUBO PVC SOLDO, MARROM INCL. CONEXÕES Ø= 28mm (3/4") PARA LIGAR DA SUÇÃO ATÉ A REDE QUE ALIMENTA O RES. SUPERIOR	6,30	M		6,30	M	1,80
8.3	C2626	M C2626 TUBO PVC SOLDO, MARROM INCL. CONEXÕES Ø= 38mm (1 1/2") PARA INTERLIGAR OS DOIS RESERVATÓRIOS NO SOLO	1,80	M		1,80	M	1,80
8.4	C3442	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 1000L A SER INSTALADA NO SOLO	1,00	UN		1,00	UN	3,00
8.5	C0444	BOMBA CENTRÍFUGA DE 1 1/2 CV, INCLUSIVE MAT. DE SUÇÃO E DE 38mm (1 1/2") A SER INSTALADA NA CASA DE BOMBA	1,00	UN		1,00	UN	1,00
	C2603	TUBO PVC BRANCO RÍGIDO E SOTO Ø=350mm (12") - 109,50 PARA OS PILARES CIRCULARES DAS COBERTAS EXTERNAS	2,00	M		2,00	M	5,80



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor
e trabalho.*

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE.
Ref.: PREGÃO N.º 102/2021.

Prezados Senhores.

Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520/2002, que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL / MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE.
Ref.: PREGÃO N.º 102/2021.

Prezados Senhores.

Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520/2002, que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

ANEXO IV - MODELO PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 165/2021.
Pregão Eletrônico n.º 102/2021.

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no (a) _____, para a prestação dos serviços abaixo relacionados, conforme estabelecido no Edital.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA NA CASA DO CONSELHO TUTELAR E ANEXO DOS CORREIOS NOS DISTRITOS DE CAMPINHOS, PAU FERRO E CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SALGUEIRO-PE, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência no Edital e seus Anexos.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA NA CASA DO CONSELHO TUTELAR E ANEXO DOS CORREIOS NOS DISTRITOS DE CAMPINHOS, PAU FERRO E CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS.	UND	1	R\$ 36.559,47	R\$ 36.559,47
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SALGUEIRO-PE.	UND	1	R\$ 48.067,28	R\$ 48.067,28

Valor Global da prosta R\$:

Validade da Proposta: (não inferior a 60 dias)

Prazo de execução dos serviços:

Forma de Pagamento:

Nome do representante que irá assinar o contrato, n.º do CPF, n.º do RG, Estado civil, profissão e endereço residencial.

Conta bancária:

E-mail:

Telefone:

Local e data:

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

Obs: Demais informações sobre a formulação proposta constam no item 5 do edital.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE SALGUEIRO-PE E A EMPRESA
_____, NA FORMA**

ABAIXO:

Pelo presente instrumento contratual de Empreitada, que entre si celebram: de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO, (MUNICÍPIO DE SALGUEIRO) pessoa jurídica de direito público interno, com sede à rua Joaquim Sampaio, 279, cadastrada no C.N.P.J sob o nº 11.361.243/0001-71, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada pelo seu Prefeito, MARCONES LIBÓRIO DE SÁ, brasileiro, casado, médico, portador do C.P.F. ----- e do outro lado a empresa: ----- Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à rua-----, inscrita no CNPJ sob o n.º -----, neste ato, representada pelo seu -----, portador da Ident:-----CPF:-----, residente e domiciliado à -----, doravante designado simplesmente CONTRATADO, tendo em vista a homologação em ___/___/___ do resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 165/2021 – Pregão Eletrônico n.º 102/2021**, têm justo e convencionado entre si o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

1.1 – Este contrato foi precedido de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 102/2021**, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93, alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto 8.538/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA NA CASA DO CONSELHO TUTELAR E ANEXO DOS CORREIOS NOS DISTRITOS DE CAMPINHOS, PAU FERRO E CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS E NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SALGUEIRO-PE, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência no Edital e seus Anexos.

2.2 – Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados pela licitante vencedora, em total obediência aos seus Anexos, que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O prazo para a prestação dos serviços objeto deste certame será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço emitido pela Secretaria Municipal de **Desenvolvimento Urbano e Obras**.

3.2 - O contrato terá a vigência de **90 (noventa) dias**, a partir de sua assinatura, podendo ter seu prazo prorrogado ou ser rescindido, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.



CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Pela execução dos serviços especificados na Cláusula Segunda deste Contrato pagará a CONTRATANTE à CONTRATADA o valor global de R\$ ____ (_____).

4.2 - O pagamento somente será efetuado em depósito bancário, na conta corrente em nome da pessoa jurídica: Banco n.º ____; Agência n.º ____; Conta Corrente n.º _____.

4.3 – O pagamento do valor contratado será efetuado mensalmente, conforme boletim de medição dos serviços efetivamente realizados, acompanhados dos documentos de cobrança, aprovados e atestados pela Fiscalização **da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras**, após emissão do empenho e posterior apresentação da nota fiscal ou fatura aprovada.

4.4 – Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para pagamento, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada;

4.5 - Os pagamentos dos serviços executados obedecerão rigorosamente os itens e valores constantes na planilha orçamentária apresentados na proposta financeira, no ato da licitação.

4.6 – A Secretaria Municipal de **Desenvolvimento Urbano e Obras** não efetuará nenhum pagamento de serviços que não se enquadrem nas formas estabelecidas no Edital, nem fará qualquer tipo de adiantamentos por serviços a serem realizados, nem pagará qualquer valor de compensação pelo período de processamento dos pagamentos das faturas dentro dos 30 dias previstos.

4.7 - Nos documentos de cobranças deverão constar obrigatoriamente o número do contrato, o período de medição, o número da medição, o objeto do contrato e as demais exigências contábeis – discriminar os percentuais de materiais, mão de obra, CSLL, IRRF, ISS e COFINS.

4.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001589, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(5,8/100)}{365}$$

$$I = 0,0001589$$

TX = Percentual da taxa anual = 5,8%.

4.8.1 - A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

4.10 – A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras** encaminhará ao Fundo Municipal **de Educação** a solicitação de pagamento acompanhada de toda a documentação necessária a sua liquidação.

4.11 – A contratada ficará sujeita à multa diária correspondente a 1% (um por cento) do



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

valor da fatura, pelo não cumprimento das tarefas determinadas na solicitação **Desenvolvimento Urbano e Obras**, nas planilhas orçamentárias, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATADA. O valor correspondente deverá ser descontado na fatura mensal.

4.12 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante devedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

4.13 - A CONTRATADA deverá apresentar a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras**, para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu art. 195, § 3º;

II - Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

III - Certidão de Regularidade com o FGTS.

IV - Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal.

V - Certidão Negativa de débitos de Tributos e Contribuições Municipais;

VI - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.14 - O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais preexistentes na assinatura do contrato, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MULTAS

6.1 - A CONTRATADA ficará sujeita à multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), do valor total contratual, pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual, devendo o valor da multa ser recolhido ao setor de tesouraria deste município, no prazo de 03 (três) dias a contar do recebimento da notificação.

6.2 - O contratado ficará sujeito à multa moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento do prazo fixado neste edital, ou pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual.

6.3 - A multa a que se refere o subitem anterior será descontada dos pagamentos devidos pela PMS-PE, da garantia contratual ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções já previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A CONTRATADA será responsável pelos prejuízos que possam ser acarretados à CONTRATANTE pelo não cumprimento de qualquer das disposições contratuais ora convencionadas.

7.2 - Arcará a CONTRATADA com toda e qualquer despesa relativa à execução dos serviços ora pactuados, inclusive em relação à: mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e demais despesas indiretas.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

7.3 - A CONTRATADA, será responsável por todo e qualquer dano e/ou prejuízo que, eventualmente, venha a sofrer o CONTRATANTE ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste contrato.

7.4 - Permitirá que a CONTRATANTE, sempre que convier, fiscalize a execução dos serviços contratados.

7.5 - Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado à CONTRATADA, não tendo com o CONTRATANTE nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento.

7.6 - Os acidentes que venham a ocorrer com a CONTRATADA e/ou outra pessoas quando da execução deste Contrato, serão da inteira responsabilidade da CONTRATADA.

7.7 - Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal, podendo o Contratante exigir a imediata substituição do empregado, cuja permanência julgar inconveniente.

7.8 - Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independente de solicitação.

7.9 - Os serviços contratados, caso não satisfaçam à Fiscalização do CONTRATANTE, serão impugnados, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua re-execução direta ou por empresa devidamente qualificada, de capacidade e idoneidade reconhecidas, além das responsabilidades contratuais e legais.

7.10 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial do contrato, conforme estabelece o art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

7.11 - Emitir Nota Fiscal de Serviços para qualquer recebimento a ser pago pela CONTRATANTE.

7.12 - Providenciar o diário de obra ou livro de ocorrências onde deverão constar todos os fatos relevantes ocorridos no desenvolvimento da obra, tais como: início e término das etapas de execução dos serviços, alterações, paralisações, imprevistos, decisões, recomendações, sugestões e advertências e a data e assinatura dos intervenientes ao final de cada registro.

7.13 - Prestar os serviços ao CONTRATANTE de conformidade com os projetos, especificações e memorial descritivo;

7.14 - Conduzir os trabalhos dentro da melhor técnica observando rigorosamente a legislação em vigor;

7.15 - Fornecer mão de obra especializada com os devidos equipamentos de segurança, materiais e equipamentos conforme a Planilha, obedecendo ao prazo de conclusão previsto na Ordem de serviços;

7.16 - Cumprir as determinações da Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93 e suas posteriores alterações, no que dispõe ao Art. 6º, inciso IX, alínea d, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

7.17 - Arcar com a remuneração de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras resultantes da execução do contrato, inclusive impostos e taxas devidos sobre os serviços objetos da contratação, respondendo com os danos eventuais



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

que venham a causar às pessoas e bens de terceiros, ficando afastada qualquer responsabilidade da CONTRATANTE podendo esta reter quantias e pagamentos, com o fim de garantir o referido ressarcimento;

7.18 - Cumprir todas as normas de segurança do trabalho, fornecer inclusive os respectivos equipamentos de proteção individual aos seus empregados;

7.19 - Assumir integralmente as responsabilidades pelos danos que causar a PREFEITURA, e a terceiros, por si ou seus representantes legais, prepostos e empregados no atendimento ao objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de todas e quaisquer reclamações que possam surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas na Cláusula Quarta deste instrumento.

8.2 – Designar, por meio **da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras**, pessoas responsáveis pelo encaminhamento e fiscalização dos serviços ora pactuados.

8.3 – Aquelas contidas no Edital de **Pregão Eletrônico n.º 102/2021**, aqui não transcritas.

8.4 – Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

8.5 - Acompanhar e fiscalizar, por meio da fiscalização **da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras**, especialmente designada, a execução dos serviços e, consequentemente, liberar as medições;

8.6 - Emitir ordem de realização dos serviços, onde conste o local, prazo de execução e orientação técnica e demarcação dos serviços;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 – Além da cobrança de multa prevista no subitem 6.1, poderá, ainda, a CONTRATADA, sofrer as seguintes sanções:

I – Advertência por escrito;

II – Multa de 0,01% sobre o valor dos serviços, por dia de atraso na entrega, sem justa causa, dos serviços;

III – Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de SALGUEIRO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 – Os serviços constantes neste contrato serão fiscalizados por servidor ou comissão de servidores, designados pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras**, doravante denominada "Fiscalização", que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

Terra de amor
e trabalho.

contratual.

10.2 - À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

I – solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

II – acompanhar os serviços e atestar seu recebimento definitivo;

III - encaminhar à **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras** os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes ao pagamento.

10.3 – A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

10.4 - O acompanhamento e a fiscalização da execução desse Contrato serão efetuados pelo (a) fiscal _____, **Mat.** _____, por intermédio de Portaria n.º _____, de acordo com o que dispõe o artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 – Em conformidade com os artigos 73, inciso I, a 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido pela Fiscalização **da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras**.

a) O recebimento provisório dos serviços será promovido pelo MUNICÍPIO, através de sua ASSESSORIA TÉCNICA, constituída pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras, que verificará e atestará o cumprimento de todas as exigências contratuais, emitindo parecer conclusivo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação, por escrito, da contratada, informando a conclusão dos serviços.

b) O recebimento definitivo dos serviços será feito após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão do parecer conclusivo da ASSESSORIA TÉCNICA. Durante esse período a Contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento das instalações por ela construídas. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, estando esta sujeita, ainda, às sanções de que trata a Cláusula Nona do presente contrato.

c) O termo de recebimento definitivo dos serviços será registrado na **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras** e não isenta a contratada das responsabilidades cominadas no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

12.1 – Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente Contrato serão provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão: 12

Unidade: 02

Projeto/Atividade: 1033

Elemento 4.4.90.51.00



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor
e trabalho.*

Órgão: 12

Unidade: 02

Projeto/Atividade: 1033

Ficha: 958

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO, DA DENÚNCIA E DAS SANÇÕES.

13.1 – Constitui motivo para a rescisão do presente instrumento, independentemente de Notificação Judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93 e alterações, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 87, da Lei supra referida.

13.2 – As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

13.3 – O presente Contrato poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios a vontade do CONTRATANTE e que tornem impossível a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO

14.1 – A CONTRATADA se responsabilizará pela adoção de todas as medidas de proteção relativas à segurança e a saúde dos funcionários envolvidos na execução dos serviços de conformidade com as disposições da Constituição Federal, da Consolidação das Leis Trabalhistas em seus Artigos 154 a 201, na Lei 6.514 de 27 de dezembro de 1977, na portaria n.º 3.214 de 08 de julho de 1978 da Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no Código de Edificações e Regimentos Sanitários, nas normas contidas em acordo e convenções coletivas de trabalho e recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil.

14.2 - **O responsável técnico pela empresa é _____, CREA n.º _____.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional aos serviços efetivamente executados.

15.2 – As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

15.3 – Para os efeitos de direito valem para este contrato a lei n.º 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de direito.



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

*Terra de amor
e trabalho.*

15.4 – Na execução do objeto ora ajustado, a CONTRATADA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de SALGUEIRO, Estado de Pernambuco, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida decorrente deste Contrato, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que possa ser.

E, assim, por estarem de acordo CONTRATANTE e CONTRATADA, assinam este instrumento, na presença das testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma.

SALGUEIRO-PE, _____ de _____ de 2021.

Marcones Libório de Sá
PREFEITO
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF/MF nº _____

CPF/MF nº _____